

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/08/2013 a 31/08/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Eduardo Galeano aponta quatro mentiras sobre a crise ambiental – Site do MST. 01/08/2013.....	4
Mata atlântica tem árvores com o tamanho de prédio de 12 andares – Folha de São Paulo, Folhinha. 02/08/2013.....	7
Vandana Shiva: Efeito estufa é causado pelo uso exagerado de agrotóxicos – Site do MST. 06/08/2013.....	10
Incrá assinará acordo para baixar em 80% índices de derrubadas de florestas até 2020. Mônica Bergamo – Folha de São Paulo, Ilustrada. 06/08/2013	14
Famílias melhoram renda investindo no manejo sustentável do açaí e da mandioca – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 08/08/2013	14
Incrá e MPF assinam acordo para implementar assentamentos verdes – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/08/2013.....	15
Desenvolvimento sustentável terá cinco linhas de ação, diz ministra. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/08/2013.....	17
Doação de sementes fortalece a produção de alimentos agroecológicos no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/08/2013	18
São Félix do Xingu enfrenta o passivo ambiental. Bettina Barros - Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2013	19
Selo de qualidade premia empresas que produzem energia renovável. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/08/2013.....	20
“Tudo que consegui com agrotóxicos foi me intoxicar e fazer dívida em banco” – Site do MST. 14/08/2013	21
Governo do RJ assina convênio de R\$ 200 milhões com Banco Mundial. Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 19/08/2013	23
Amazônia teve 2007 km² desmatados entre agosto de 2012 e julho passado. Cleide Carvalho – O Globo, País. 19/08/2013.....	24
Festa da Colheita e Troca de Sementes fortalece a agroecologia em Sergipe – Site do MST. 19/08/2013.....	24
Acesso à fauna e à flora deve acontecer com responsabilidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/08/2013	25
SFB lança edital para manejo de 300mil hectares de floresta no PA – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/08/2013	26

Gado orgânico produz carne, bolsas e sapatos sem destruir a Amazônia – Folha de São Paulo, Comida. 22/08/2013	27
Servidores do Incra no Maranhão participam de curso sobre Sistemas Agroflorestais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/08/2013.....	29
Ações do Brasil Sem Miséria são exemplo na busca do desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/08/2013	30
Fogo consome quase 20% de terra indígena; suspeita é de ação de posseiros – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2013.....	31
Agroecologia terá plano nacional e cria um novo marco para o país – Site do MST. 27/08/2013.....	32
Sergipe debate propostas estaduais para encontro nacional de desenvolvimento rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/08/2013.....	36
Benefícios fortalecem organização da atividade extrativista – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/08/2013	37
Compras sustentáveis são prioridade nos cursos do MMA. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 30/08/2013	38

**Eduardo Galeano aponta quatro mentiras sobre a crise ambiental – Site do MST.
01/08/2013**

O escritor uruguaio Eduardo Galeano desnuda quatro frases que são comumente utilizadas pelas forças dominantes para mascarar as reais causas da crise ambiental que vivemos:

Quatro frases que aumentam o nariz do Pinóquio

1 – Somos todos culpados pela ruína do planeta.

A saúde do mundo está feito um caco. “Somos todos responsáveis”, clamam as vozes do alarme universal, e a generalização absolve: se somos todos responsáveis, ninguém é. Como coelhos, reproduzem-se os novos tecnocratas do meio ambiente.

É a maior taxa de natalidade do mundo: os experts geram experts e mais experts que se ocupam de envolver o tema com o papel celofane da ambiguidade. Eles fabricam a brumosa linguagem das exortações ao “sacrifício de todos” nas declarações dos governos e nos solenes acordos internacionais que ninguém cumpre.

Estas cataratas de palavras – inundação que ameaça se converter em uma catástrofe ecológica comparável ao buraco na camada de ozônio – não se desencadeiam gratuitamente.

A linguagem oficial asfixia a realidade para outorgar impunidade à sociedade de consumo, que é imposta como modelo em nome do desenvolvimento, e às grandes empresas que tiram proveito dele. Mas, as estatísticas confessam.

Os dados ocultos sob o palavreado revelam que 20% da humanidade comete 80% das agressões contra a natureza, crime que os assassinos chamam de suicídio, e é a humanidade inteira que paga as consequências da degradação da terra, da intoxicação do ar, do envenenamento da água, do enlouquecimento do clima e da dilapidação dos recursos naturais não-renováveis.

A senhora Harlem Bruntland, que encabeça o governo da Noruega, comprovou recentemente que, se os 7 bilhões de habitantes do planeta consumissem o mesmo que os países desenvolvidos do Ocidente, “faltariam 10 planetas como o nosso para satisfazerem todas as suas necessidades.” Uma experiência impossível.

Mas, os governantes dos países do Sul que prometem o ingresso no Primeiro Mundo, mágico passaporte que nos fará, a todos, ricos e felizes, não deveriam ser só processados por calote. Não estão só pegando em nosso pé, não: esses governantes estão, além disso, cometendo o delito de apologia do crime.

Porque este sistema de vida que se oferece como paraíso, fundado na exploração do próximo e na aniquilação da natureza, é o que está fazendo adoecer nosso corpo, está envenenando nossa alma e está deixando-nos sem mundo.

2 – É verde aquilo que se pinta de verde.

Agora, os gigantes da indústria química fazem sua publicidade na cor verde, e o Banco Mundial lava sua imagem, repetindo a palavra ecologia em cada página de seus informes e tingindo de verde seus empréstimos.

“Nas condições de nossos empréstimos há normas ambientais estritas”, esclarece o presidente da suprema instituição bancária do mundo. Somos todos ecologistas, até que alguma medida concreta limite a liberdade de contaminação.

Quando se aprovou, no Parlamento do Uruguai, uma tímida lei de defesa do meio-ambiente, as empresas que lançam veneno no ar e poluem as águas sacaram, subitamente, da recém-comprada máscara verde e gritaram sua verdade em termos que poderiam ser resumidos assim: “os defensores da natureza são advogados da pobreza, dedicados a sabotarem o desenvolvimento econômico e a espantarem o investimento estrangeiro.”

O Banco Mundial, ao contrário, é o principal promotor da riqueza, do desenvolvimento e do investimento estrangeiro. Talvez, por reunir tantas virtudes, o Banco manipulará, junto à ONU, o recém-criado Fundo para o Meio-Ambiente Mundial.

Este imposto à má consciência vai dispor de pouco dinheiro, 100 vezes menos do que haviam pedido os ecologistas, para financiar projetos que não destruam a natureza.

Intenção inatacável, conclusão inevitável: se esses projetos requerem um fundo especial, o Banco Mundial está admitindo, de fato, que todos os seus demais projetos fazem um fraco favor ao meio-ambiente.

O Banco se chama Mundial, da mesma forma que o Fundo Monetário se chama Internacional, mas estes irmãos gêmeos vivem, cobram e decidem em Washington.

Quem paga, manda, e a numerosa tecnocracia jamais cospe no prato em que come. Sendo, como é, o principal credor do chamado Terceiro Mundo, o Banco Mundial governa nossos escravizados países que, a título de serviço da dívida, pagam a seus credores externos 250 mil dólares por minuto, e lhes impõe sua política econômica, em função do dinheiro que concede ou promete.

A divinização do mercado, que compra cada vez menos e paga cada vez pior, permite abarrotar de mágicas bugigangas as grandes cidades do sul do mundo, drogadas pela religião do consumo, enquanto os campos se esgotam, poluem-se as águas que os alimentam, e uma crosta seca cobre os desertos que antes foram bosques.

3 – Entre o capital e o trabalho, a ecologia é neutra.

Poder-se-á dizer qualquer coisa de Al Capone, mas ele era um cavalheiro: o bondoso Al sempre enviava flores aos velórios de suas vítimas... As empresas gigantes da indústria química, petroleira e automobilística pagaram boa parte dos gastos da Eco 92: a conferência internacional que se ocupou, no Rio de Janeiro, da agonia do planeta.

E essa conferência, chamada de Reunião de Cúpula da Terra, não condenou as transnacionais que produzem contaminação e vivem dela, e nem sequer pronunciou uma palavra contra a ilimitada liberdade de comércio que torna possível a venda de veneno.

No grande baile de máscaras do fim do milênio, até a indústria química se veste de verde. A angústia ecológica perturba o sono dos maiores laboratórios do mundo que, para ajudarem a natureza, estão inventando novos cultivos biotecnológicos.

Mas, esses desvelos científicos não se propõem encontrar plantas mais resistentes às pragas sem ajuda química, mas sim buscam novas plantas capazes de resistir aos praguicidas e herbicidas que esses mesmos laboratórios produzem.

Das 10 maiores empresas do mundo produtoras de sementes, seis fabricam pesticidas (Sandoz-Ciba-Geigy, Dekalb, Pfizer, Upjohn, Shell, ICI). A indústria química não tem tendências masoquistas.

A recuperação do planeta ou daquilo que nos sobre dele implica na denúncia da impunidade do dinheiro e da liberdade humana. A ecologia neutra, que mais se parece com a jardinagem, torna-se cúmplice da injustiça de um mundo, onde a comida sadia, a água limpa, o ar puro e o silêncio não são direitos de todos, mas sim privilégios dos poucos que podem pagar por eles.

Chico Mendes, trabalhador da borracha, tombou assassinado em fins de 1988, na Amazônia brasileira, por acreditar no que acreditava: que a militância ecológica não pode divorciar-se da luta social. Chico acreditava que a floresta amazônica não será salva enquanto não se fizer uma reforma agrária no Brasil.

Cinco anos depois do crime, os bispos brasileiros denunciaram que mais de 100 trabalhadores rurais morrem assassinados, a cada ano, na luta pela terra, e calcularam que quatro milhões de camponeses sem trabalho vão às cidades deixando as plantações do interior.

Adaptando as cifras de cada país, a declaração dos bispos retrata toda a América Latina. As grandes cidades latino-americanas, inchadas até arrebentarem pela incessante invasão de exilados do campo, são uma catástrofe ecológica: uma catástrofe que não se pode entender nem alterar dentro dos limites da ecologia, surda ante o clamor social e cega ante o compromisso político.

4 – A natureza está fora de nós.

Em seus 10 mandamentos, Deus esqueceu-se de mencionar a natureza. Entre as ordens que nos enviou do Monte Sinai, o Senhor poderia ter acrescentado, por exemplo: “Honrarás a natureza, da qual tu és parte.” Mas, isso não lhe ocorreu. Há cinco séculos, quando a América foi aprisionada pelo mercado mundial, a civilização invasora confundiu ecologia com idolatria.

A comunhão com a natureza era pecado. E merecia castigo. Segundo as crônicas da Conquista, os índios nômades que usavam cascas para se vestirem jamais esfolavam o tronco inteiro, para não aniquilarem a árvore, e os índios sedentários plantavam cultivos diversos e com períodos de descanso, para não cansarem a terra.

A civilização, que vinha impor os devastadores monocultivos de exportação, não podia entender as culturas integradas à natureza, e as confundiu com a vocação demoníaca ou com a ignorância.

Para a civilização que diz ser ocidental e cristã, a natureza era uma besta feroz que tinha que ser domada e castigada para que funcionasse como uma máquina, posta a nosso serviço desde sempre e para sempre.

A natureza, que era eterna, nos devia escravidão. Muito recentemente, inteiramo-nos de que a natureza se cansa, como nós, seus filhos, e sabemos que, tal como nós, pode morrer assassinada. Já não se fala de submeter a natureza.

Agora, até os seus verdugos dizem que é necessário protegê-la. Mas, num ou noutro caso, natureza submetida e natureza protegida, ela está fora de nós.

A civilização, que confunde os relógios com o tempo, o crescimento com o desenvolvimento, e o grandalhão com a grandeza, também confunde a natureza com a paisagem, enquanto o mundo, labirinto sem centro, dedica-se a romper seu próprio céu.

Mata atlântica tem árvores com o tamanho de prédio de 12 andares – Folha de São Paulo, Folhinha. 02/08/2013

"Olhe ao redor. Respire fundo. Sinta a temperatura. Ouça o som... Tudo isso que você sente pertence ao meio ambiente", diz Otávio Maia, analista em ciência e tecnologia, autor do livro "Vocabulário Ambiental Infantojuvenil" (veja, abaixo, alguns verbetes do livro).

O meio ambiente é onde vive o homem --sua casa, sua rua, seu bairro e sua cidade, por exemplo. Ele pode ser limpo e sadio, mas isso depende da ação humana.

Márcia Hirota, diretora geral da Fundação SOS Mata Atlântica, recomenda que crianças investiguem o ambiente à sua volta e prestem mais atenção nos lugares onde vivem para que eles sejam melhores. "O ar que você respira no seu bairro é bom? Tem muito caminhão? Tem muito carro? Tem árvores nas ruas? E a água que você bebe, vem de onde? De onde vem o alimento que você consome?", pergunta a ambientalista.

Percebendo a natureza além do ambiente urbano e do ambiente virtual, dos computadores e celulares, o homem se dá conta da importância do equilíbrio entre a cidade e as belezas das florestas e dos oceanos, como a mata atlântica, onde estão plantas e bichos que só ocorrem nela.

Para a presidente do Ipê (Instituto de Pesquisas Ecológicas), Suzana Machado Padua, a vida da criança pode ser modificada depois de um contato intenso com a natureza, que de fato estimule os seus sentidos. A partir desse contato, criam-se links importantes que servem para que ela busque tratar bem as áreas naturais, que são decisivas para a qualidade de vida que ela tem e que terá no futuro, explica Suzana.

"Se aprendermos a observar a natureza, a respeitar, a celebrar, a curtir, a apreciar toda essa beleza que nos foi dada de presente, temos muito a lucrar e a enriquecer os padrões da vida humana. Nós não somos a única espécie, nós somos uma espécie em um ambiente que é rico e intenso. Um indivíduo depende do outro. Existe uma interconexão, uma interdependência. É uma cadeia, uma teia de vida que vale a pena ser conhecida e apreciada", pontua Suzana.

"CAIXA DE BOMBOM"

Em seu livro, Maia usa o exemplo de uma caixa de bombons para explicar a biodiversidade. Se a caixa estiver repleta de bombons de diversos tipos e sabores, ela será rica em paladar. Assim também ocorre com a natureza: onde houver grande variedade de espécies de plantas e animais, haverá riqueza em biodiversidade (confira alguns verbetes do vocabulário abaixo).

No Brasil, essa caixa de bombons é bastante sortida. Muitas populações de micro-organismos, de insetos, de anfíbios, de répteis, de aves, de mamíferos e de plantas, em contato umas com as outras, formam variadas comunidades.

O espaço de interação entre as comunidades e o ambiente é chamado de ecossistema. Quando uma área possui mais de um ecossistema, ela é chamada de bioma, como é o caso da mata atlântica.

No bioma da mata atlântica existem ecossistemas como os manguezais, a restinga, os campos de altitude, os brejos interioranos e as florestas estacional e ombrófila -essa última possui árvores tão altas que podem alcançar até 40 metros de altura, o equivalente a um prédio de 12 andares--, como o jequitibá, o ipê-roxo e o jatobá, onde as preguiças gostam de ficar.

MATEMÁTICA DA MATA

A Lei da Mata Atlântica (lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006) define a área original de abrangência do bioma da mata atlântica, que é igual a aproximadamente 1,3 milhão de quilômetros quadrados.

Com a ação do homem, essa área passou para 111 mil quilômetros quadrados --isso quer dizer que houve perda de quase 1,2 milhão de quilômetros quadrados, o mesmo que 152 milhões de campos de futebol como o do estádio do Morumbi. Se antes a mata tinha mais de 166 milhões de campos de futebol, hoje ela tem somente 14 milhões do mesmo campo, ou seja, 8,5% de sua área original.

VERBETES AMBIENTAIS

O livro "Vocabulário Ambiental Infantojuvenil", de, Otávio Maia, é um conjunto de cem verbetes ligados aos temas de biodiversidade, clima, energia e poluição e sustentabilidade.

As 136 ilustrações da obra são desenhos de crianças. Elas complementam definições lúdicas e técnicas de conceitos como espécie, crime ambiental e reciclagem.

Leia, abaixo, alguns verbetes do livro:

"Desenvolvimento sustentável: É viver o presente pensando no futuro, controlando o uso do que a natureza nos oferece de forma que as próximas gerações também possam utilizar desses recursos (como a água, a terra e a madeira das árvores) para o seu bem estar".

"Serviços Ambientais: São serviços que a natureza oferece aos seres vivos, de graça - como a purificação da água e do ar, e a polinização -, sem que esses precisem oferecer algo em troca".

"Fotossíntese: É como as plantas, algas e algumas bactérias produzem oxigênio - usado por todos os seres vivos para respirar - e o próprio alimento para sobreviver".

"Desmatamento: O ser humano, às vezes, é interesseiro. Maltrata a natureza só pensando em ganhar dinheiro. No desmatamento, por sinal, acontece um grande estrago ambiental: derrubam-se árvores, queima-se a floresta".

"Mata ciliar: Os olhos da gente são protegidos por uns pelos que chamamos de cílios. Tem tanto do lado de cima quanto do lado de baixo dos olhos. Agora, imagine que os olhos são rios. A mata ciliar é a vegetação que está nas margens dos rios, de um lado e de outro, protegendo aquele ambiente de problemas como a erosão"

"Matéria-prima: Cada produto é feito a partir de modificações em um primeiro elemento retirado da natureza, o qual chamamos de matéria-prima. O pão, por exemplo, usa o trigo como matéria prima. Uma grande quantidade de trigo misturada a porções menores de água, ovos, fermento, sal, açúcar e óleo, depois de algum tempo aquecendo no forno, dá origem ao pão que a gente come no café da manhã".

"VOCABULÁRIO AMBIENTAL INFANTOJUVENIL"

AUTOR: Otávio Maia

EDITORA: Ibict, 2013

PREÇO: O livro não é comercializado. Instituições interessadas em obter exemplares ou distribuí-los gratuitamente podem solicitar autorização ao Ibict e arcar com os custos de impressão e distribuição

Vandana Shiva: Efeito estufa é causado pelo uso exagerado de agrotóxicos – Site do MST. 06/08/2013

*Por Péricles de Oliveira
De Botucatu (SP)
Do Brasil de Fato*

Perante uma atenta plateia composta por mais de 3 mil pessoas, a renomada cientista indiana Vandana Shiva fez uma palestra de uma hora, respondeu a perguntas e encantou a todos com suas ideias, experiências e convicções, durante a abertura do III Encontro Internacional de Agroecologia, no dia 31 de julho, na cidade de Botucatu, interior de São Paulo.

Vandana foi muito contundente ao longo de toda a sua fala. Começou contando de sua vida, de como havia estudado biologia e física quântica na universidade e de como se considerava uma pessoa alienada da realidade do mundo.

Esclareceu que o choque que a fez despertar foi um grave acidente ocorrido, 30 anos atrás, numa fábrica de pesticidas – que resultou numa tragédia, com a morte de mais de 35 mil indianos. A partir daí, é que ela acaba se convertendo à causa do povo e não para mais de pesquisar a ação das empresas transnacionais sobre a agricultura.

Hoje, ela é considerada uma das principais pesquisadoras dos malefícios para a saúde humana e para a destruição da biodiversidade que as sementes transgênicas e os agrotóxicos das empresas transnacionais vêm causando em todo o mundo.

“Revolução Verde”

Vandana falou sobre as consequências da chamada Revolução Verde, imposta pelo governo dos Estados Unidos, na década de 1960, a toda a sua área de influência como forma de vender mais insumos agroquímicos e suas mercadorias agrícolas.

O resultado disso – o de subjugar países e camponeses – pode ser visto hoje, já que 65% de toda a biodiversidade e dos recursos de água doce do planeta foram contaminados por agrotóxicos.

Além disso, há estudos comprovando que 40% de todo o efeito estufa que afeta o clima no planeta é causado pelo uso exagerado, desnecessário, de fertilizantes químicos na agricultura. Chegou a dizer, inclusive, que em muitas regiões da Europa, em função da mortandade e desaparecimento das abelhas, a produtividade agrícola já teria caído 30%.

A indiana atentou para o fato de que se fôssemos calcular os prejuízos e custos necessários para repor a biodiversidade e reequilibrar o meio ambiente com vistas a amenizar os desequilíbrios climáticos, eles seriam maiores, em dólares, do que todo o comércio de commodities que as empresas realizam.

Genocídio

Em relação à ação das empresas transnacionais que atuam na agricultura – como Monsanto, Bunge, Syngenta e Cargill – também não poupou críticas. Denunciou que elas controlam a produção e o comércio mundial da soja, milho, canola e trigo. E que fazem propaganda enganosa dizendo que a humanidade depende dos alimentos produzidos pelo agronegócio para sobreviver, quando na prática a humanidade se alimenta com centenas de outros vegetais e fontes de proteínas, que elas ainda não puderam controlar.

Disse que essas “empresas, ao promoverem as sementes transgênicas, não inventaram nada de novo. Não desenvolveram nada. O único que fizeram foi fazer mutações genéticas que existem na natureza para viabilizar a venda de seus agrotóxicos”.

Citou que a Monsanto conseguiu controlar a produção de algodão na Índia, apoiada por governos subservientes, neoliberais, e que hoje 90% da produção depende de suas sementes e venenos. Com isso houve uma destruição do modo camponês de produzir algodão e um endividamento dos que permaneceram.

A conjunção do alto uso de venenos intoxicantes que levam à depressão e a vergonha da dívida fez com que, desde 1995 até os dias de hoje, houvesse 284 mil suicídios entre os camponeses indianos. Um verdadeiro genocídio escondido pela imprensa mundial e cuja culpada principal seria a Monsanto.

Apesar de tantos sacrifícios humanos, a Monsanto ainda recolhe em seu país 200 milhões de dólares anuais, cobrando royalties pelo uso de sementes geneticamente modificadas de algodão.

Commodities não são alimentos

O modelo do agronegócio é apenas uma forma de se apropriar do lucro dos bens agrícolas, mas ele não resolve os problemas do povo. Tanto é que aumentamos muito a produção, poderíamos inclusive abastecer 12 bilhões de pessoas [quase o dobro da população mundial], mas, no entanto, temos 1 bilhão de pessoas que passam fome todos os dias, sendo 500 milhões delas camponesas que vivem no meio rural e que tiveram seu sistema de produção de alimentos destruído pelo agronegócio.

As commodities agrícolas são meras mercadorias agrícolas, não são alimentos. Cerca de 70% de todos os alimentos do mundo ainda são produzidos pelos camponeses.

É preciso entender que alimentos são a síntese da energia necessária que os seres humanos precisam para sobreviver, a partir do meio ambiente em que vivem, recolhendo essa energia e a fertilidade do solo e do meio ambiente.

Quanto maior a biodiversidade da natureza, maior o número de nutrientes e mais sadia será a alimentação produzida naquela região para os humanos. E o agronegócio destrói a biodiversidade e as fontes de energia verdadeiras.

As empresas lançam mão de um fetiche gerado pela propaganda, de que estão usando modernas técnicas de biotecnologia para aumentar a produtividade das plantas, mas isso é um engodo. Quando se vai pesquisar o que são tais biotecnologias, elas são guardadas em segredo. Porque, no fundo, elas não mudam nada na natureza. São apenas mecanismos para aumentar a rentabilidade econômica das grandes plantações.

Na verdade, a agricultura industrial é a padronização do conhecimento, é a negação do conhecimento sobre a arte de cultivar a terra. Porque o verdadeiro conhecimento é desenvolvido pelos próprios agricultores, e pelos pesquisadores, em cada região, em cada bioma, em cada planta.

Consumidores

O modelo do agronegócio quer transformar as pessoas apenas em “consumidores” de suas mercadorias. Vandana nos diz que devemos combater o uso e o reducionismo da expressão “consumidores”, que devemos usar o termo “seres humanos”, pessoas que precisam de uma vida saudável. “Consumidor” indica uma redução subalterna do ser humano.

As empresas do agronegócio dizem que são o desenvolvimento e o progresso. Na prática, chegam a controlar 58% de toda produção agrícola do mundo, porém, dão trabalho para apenas 3% das pessoas que vivem no meio rural. Portanto, o agronegócio é um sistema antissocial.

A indiana revelou ainda que fez parte de um grupo de 300 cientistas de todo mundo que se dedicam a pesquisar a agricultura e que após realizarem diversos estudos, durante três anos, comprovaram que nem a Revolução Verde imposta pelos Estados Unidos, nem o uso intensivo das sementes transgênicas e dos agroquímicos podem resolver os problemas da agricultura e da alimentação mundial. Algo que só pode acontecer por meio da recuperação de práticas agroecológicas que convivam com a biodiversidade, em cada local do planeta.

Vandana concluiu sua crítica ao modelo do agronegócio dizendo que ele projeta a destruição e o medo, porque é concentrador e excludente. Por isso, tornou-se algo comum o costume dessas empresas ameaçarem ou cooptarem os cientistas que se opõe a elas.

A saída é a agroecologia

Após criticar duramente o modelo do capital, a cientista dedicou sua palestra a projetar as técnicas ou o modelo de produção da agroecologia como a alternativa popular e necessária para produção de alimentos.

Defendeu que o modelo da agroecologia é o único que permite desenvolver técnicas de aumentar a produtividade e a produção sem a destruição da biodiversidade.

Que a agroecologia é a única forma de criar empregos e formas de vida saudáveis para a população permanecer no campo e não ter de se marginalizar nas grandes cidades. Sobretudo, fez a defesa de que os métodos da agroecologia são os únicos que conseguem produzir alimentos saudáveis, sem venenos.

Dificuldades da transição

Quando perguntada sobre as dificuldades da transição entre os dois modelos, contestou, citando a Índia: “Nós já tivemos problemas maiores na época do colonialismo inglês. No entanto, Gandhi nos ensinou que a nossa fortaleza é sempre ‘lutar pela verdade’, porque o capital engana e mente para poder acumular riquezas. Mas a verdade está com a natureza, está com as pessoas”.

Dessa energia que emana de Gandhi, Vandana reforçou: “Se houver vontade política para fazer a mudança, se houver vontade para produzir alimentos saudáveis, será possível cultivá-los”.

Vandana concluiu conclamando a todos a se envolverem e participarem do Encontro Mundial de Luta Pelos Alimentos Saudáveis e Contrários às Empresas Transnacionais que a Via Campesina, os movimentos de mulheres e centenas de entidades realizam todos os anos, na semana de 16 de outubro. “Precisamos unificar as vozes e as vontades em nível mundial. E essa será uma ótima oportunidade.”

Recomendações

Quando perguntada sobre as recomendações que daria aos jovens, aos estudantes de agronomia, aos agricultores praticantes da agroecologia, Vandana Shiva elencou seis pontos:

Primeiro: disse que a base da agroecologia é a preservação e a valorização dos nutrientes que há no solo. Neste instante, a indiana fez referência a outra cientista presente na plateia que a assistia muito atenta, a professora Ana Maria Primavesi. “Precisamos ir aplicando as técnicas que garantam a saúde do solo, e dessa saúde, colheremos frutos com energia saudável.”

Segundo: estimular que os agricultores controlem as sementes. As sementes são a garantia da vida. “Nós não podemos permitir que as empresas transnacionais transformem nossas sementes em meras mercadorias. As sementes são um patrimônio da humanidade.”

Terceiro: precisamos relacionar a agroecologia com a produção de alimentos saudáveis que garantam a saúde e assim conquistar os corações e mentes da população da cidade, que está sendo cada vez mais envenenada pelas mercadorias com agrotóxicos. “Se vincularmos os alimentos com a saúde das pessoas, ganharemos milhões de pessoas da cidade para a nossa causa.”

Quarto: precisamos transformar os territórios em que os camponeses têm hegemonia em verdadeiros santuários de sementes, de árvores saudáveis, de cultivo da biodiversidade, da criação de abelhas, da diversidade agrícola.

Quinto: precisamos defender a ideia que faz parte da democracia, a liberdade das pessoas de terem opções de alimentos. Elas não podem mais serem reféns dos produtos que as empresas colocam nos supermercados de acordo com a sua vontade apenas.

Sexto: precisamos lutar para que os governos parem de usar dinheiro público – que é de todo o povo – para subsidiar, transferir esses recursos para os fazendeiros. Isso vem acontecendo em todo o mundo e também na Índia. O modelo do agronegócio não se sustenta sem os subsídios e vantagens fiscais que os governos lhes garantem.

Incrá assinará acordo para baixar em 80% índices de derrubadas de florestas até 2020. Mônica Bergamo – Folha de São Paulo, Ilustrada. 06/08/2013

Acusado em 2012 de ser o maior desmatador da Amazônia, o Incra assinará na quinta-feira, 8, um acordo com o Ministério Público Federal se comprometendo a baixar em 80%, até 2020, os índices de derrubada de florestas em assentamentos de reforma agrária. Em troca, serão extintas sete ações ajuizadas pelo MPF na Justiça pedindo a condenação do órgão por danos ambientais.

ASSISTÊNCIA

O Incra está se comprometendo, entre outras coisas, a apresentar em 120 dias uma base de dados georreferenciada com a exata localização dos assentamentos na Amazônia Legal. Deve dizer quais já têm licenciamento ambiental. Terá que apresentar relatório trimestral do desmatamento nessas localidades e também providenciar assistência técnica aos assentados.

DOIS EM UM

No ano passado, o Incra foi apontado como responsável por 30% de todo o desmatamento verificado em 2010. Em 2004, esse índice era de 18%. Das sete ações ajuizadas pelo MPF, já tinha sido condenado em três. A procuradoria diz que, além de diminuir a devastação, a ideia é fortalecer a reforma agrária no país.

Famílias melhoram renda investindo no manejo sustentável do açaí e da mandioca – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 08/08/2013

No arquipélago do Marajó, no Pará, extrativistas incluídos no Bolsa Verde aplicam parte do benefício na preservação de recursos naturais e garantem a sustentabilidade da produção rural. Investimento melhorou as condições de vida de toda a comunidade

Breves (PA), 8 – O programa Bolsa Verde, que integra o Plano Brasil Sem Miséria, tem modificado a paisagem das palafitas do arquipélago do Marajó. Palmeiras de açaí contornam as casas nas margens dos rios. Os açaizais são a principal fonte de renda e alimentação de algumas comunidades ribeirinhas. Os R\$ 300 do programa, que chegam a cada trimestre, estão sendo usados principalmente no manejo das árvores para o aprimoramento da produção. O resultado é a melhora das condições de vida de toda a comunidade.

“Usei o Bolsa Verde para fazer manejo no meu açaizal e investir na plantação de coco e limão. Melhorou a situação financeira da minha família. Tiro uma parte para investir na limpeza do açaí, outra parte para comprar alimento”, explica a extrativista Maria José Ferreira de Melo, da comunidade Emanuel, na Ilha dos Macacos. A casa tem gerador de energia e televisão. Ela recebe o benefício desde setembro de 2011.

Enquanto uns já utilizam o recurso do programa, outros aguardam ansiosamente o benefício. Na comunidade Monte das Oliveiras, na ilha Jejuteua, a extrativista Josilene Prata Almeida, 45 anos, foi cadastrada no Bolsa Verde durante o mutirão. Quando o recurso vier, ela pretende aplicá-lo também no açaizal. O marido tem uma atrofia nas pernas e precisa contratar pessoal para ajudar no desbaste das palmeiras. “Dá gosto e prazer ver o açaizal, tudo baixinho soltando cacho, mas lá no meio do cerrado é muita luta para gente chegar no topo do açaizeiro. E é assim mesmo, eu com ele e a minha mãe, a gente vai tentando limpar porque a gente não tem condição de pagar para limpar”, conta.

Para fazer o manejo do açaizal, a Associação dos Trabalhadores Rurais do Rio Patituba recebe o apoio da assistência técnica da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Com quase 1,4 mil associados na Ilha dos Macacos, eles estão se organizando para fundar uma cooperativa de processamento do açaí e fornecer ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Gracineide Ferreira dos Santos e o marido, Enoque de Oliveira Batista, da comunidade Emanuel, na Ilha dos Macacos, fizeram um curso local de manejo de açaí e hortaliças e estão repassando os conhecimentos aos vizinhos. Quando o dinheiro do Bolsa Verde chegou, não era época de manejar as palmeiras, mas eles perceberam que a farinha de mandioca poderia alcançar um preço melhor do que o fruto, que custa em média R\$ 25 por cesto. O saco de 50 kg de farinha pode chegar a até R\$ 150 dependendo da época. “No primeiro ano em que recebemos o Bolsa Verde fizemos duas roças, uma a gente está colhendo, outra a gente ainda não começou a colher. Agora no segundo ano estamos limpando o açaizal e já conseguimos fazer mais duas roças (de 70m x 80m aproximadamente).”

Incra e MPF assinam acordo para implementar assentamentos verdes – Site do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 08/08/2013

Um termo de compromisso firmado entre o Incra e o Ministério Público Federal (MPF)

nesta quinta-feira (8) estabelece um novo marco na implantação e estruturação de assentamentos da reforma agrária na Amazônia Legal. Dentre as metas estabelecidas estão a regularização ambiental de 500 assentamentos por meio do Cadastro Ambiental Rural e a titulação de 20 mil famílias, ampliando a segurança fundiária e aumentando a capacidade de controle sobre essas áreas. O investimento para o cumprimento do acordo será de R\$ 700 milhões nos anos de 2013 e 2014.

O termo de compromisso foi assinado pelo presidente do Incra, Carlos Mário Guedes de Guedes e os procuradores da República no Pará, Mato Grosso, Rondônia, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Distrito Federal e Minas Gerais. O documento foi construído pelo GT Amazônia e Incra, sob a coordenação do procurador Daniel Azeredo.

O evento foi realizado na sede da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. O documento, assinado também pelo subprocurador e coordenador da 4ª Câmara, Mário José Gisi e pelo subprocurador dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, suspende sete ações contra a autarquia fundiária na Amazônia. As ações foram movidas pelo MPF nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Maranhão.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, acompanhou a assinatura do documento e lembrou que não há um país no mundo com uma intervenção fundiária tão grande quanto o Brasil. “São 87 milhões de hectares incorporados à reforma agrária, outros 80 milhões em Unidades de Conservação e mais 100 milhões de Terra Indígena, combater atividades ilícitas sempre é um desafio e as medidas adotadas exigem uma interferência interinstitucional”. Ele ressaltou que hoje o Incra tem condições de propor uma nova agenda para o desenvolvimento de assentamentos, numa região tão importante quanto a Amazônia.

Novo momento histórico

Para Guedes, a assinatura do TC representa um novo momento para a reforma agrária e para o Incra na Amazônia. “Estamos encerrando o ciclo marcado pela colonização e entrando na fase do desenvolvimento sustentável”, enfatizou. Para ele, a agenda construída com o Ministério Público Federal e parceiros organiza também os novos desafios para a reforma agrária na região.

Direitos sociais

Para o procurador Daniel Azeredo, o acordo foi construído de forma coletiva, por isso, acrescentou, “há grandes chances de sucesso”. Para ele, o compromisso traz para a Amazônia um novo paradigma de desenvolvimento. Ele lembrou que milhares de pessoas vivem na Amazônia e que, além da gestão ambiental dos assentamentos, é preciso assegurar os direitos sociais a esse público, como a moradia, a assistência técnica e outros benefícios.

Investimentos

Guedes destacou algumas ações do Programa Assentamentos Verdes, instituído em novembro de 2012, que sintetiza boa parte dos compromissos firmados com o MPF. Ele lembrou que há um esforço do governo pela redução do tempo entre o acesso à terra e a chegada das políticas públicas aos assentados e citou como exemplo que, ainda em 2013, 16 mil famílias da Amazônia serão beneficiadas com o programa Minha Casa, Minha Vida, receberão investimentos em assistência técnica na ordem de R\$125 milhões, e que pela primeira vez na história haverá assistência técnica dirigida aos extrativistas, além da melhoria na infraestrutura e aplicação de R\$ 97 milhões na regularização fundiária e ambiental dos assentamentos.

O presidente da autarquia também citou que o programa Bolsa Verde, do Governo Federal, já atende 26 mil famílias em 749 projetos de assentamentos, sendo mais de 50% delas (13,2 mil), moradoras de 264 da Amazônia Legal.

Sustentabilidade e monitoramento de áreas

Por meio do Programa Assentamentos Verdes, o Incra monitora, desde o ano passado, mais de dois mil projetos criados na Amazônia, cobrindo uma área florestada de mais de 20 milhões de hectares, com aproximadamente 400 mil famílias assentadas. Guedes informa que dados recentes confirmam que o desmatamento verificado nos assentamentos é localizado (mais de 60% das áreas desmatadas estão em apenas 70 assentamentos) e provocado por ocupações irregulares dentro das áreas reformadas já sob fiscalização do Incra.

O acompanhamento da situação ambiental é outro avanço trazido pelo Programa Assentamentos Verdes, que permite ao Instituto, em parceria com o Ibama, desencadear ações próprias de comando e controle nas áreas reformadas.

Guedes adiantou que o trabalho conjunto do MDA, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) garantirá apoio, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), à comercialização dos produtos, permitindo incrementar a renda dos produtores da Amazônia.

Desenvolvimento sustentável terá cinco linhas de ação, diz ministra. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 12/08/2013

Inclusão social, erradicação da pobreza e promoção de uma economia verde estarão no documento da ONU.

Cinco linhas de ação deverão compor os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que passarão a valer a partir de 2015, em substituição aos Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). O tema foi discutido pela ministra do Meio

Ambiente, Izabella Teixeira, em conferência realizada na tarde desta segunda-feira (12/08), no Rio de Janeiro.

O documento que contém a primeira versão dos ODS será apresentado no próximo mês em assembleia da ONU. Segundo a ministra, que integra o Painel de Alto Nível sobre a Agenda de Desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas, os objetivos definem uma mudança na sociedade. "Os ODS sinalizam um novo caminho para não perder o que foi alcançado com os objetivos do milênio", explicou. "É preciso repaginar essa visão."

INCLUSÃO

Organizado pela presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a conferência enfatizou a importância da participação social no processo. Segundo Izabella, questões como inclusão social, erradicação da pobreza e promoção de uma economia verde estão entre os aspectos contemplados pelos ODS. "A inclusão social tem de estar cada vez mais presente no debate", afirmou.

As metas propostas também deverão levar em consideração as particularidades de cada nação. "Serão trabalhadas soluções para os países em guerra e para aqueles que não vivem em regime de democracia", exemplificou a ministra. "Os objetivos tocam em uma série de situações e buscam uma ruptura com a polarização que existe atualmente."

Doação de sementes fortalece a produção de alimentos agroecológicos no Paraná – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 13/08/2013

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) investirá R\$ 1 milhão na compra de 1,5 tonelada de milho e sementes, que serão doados a 6,4 mil famílias de agricultores

Brasília, 9 – Fortalecer a produção de alimentos agroecológicos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Este é o resultado de um projeto de compra com doação simultânea, que envolve o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida (Conaterra), localizada no município de Candiota (RS), e agricultores familiares de duas associações de produção agroecológica do Paraná. O projeto foi assinado na sexta-feira (9), durante a 12ª Jornada de Agroecologia em Maringá (PR). O MDS investirá R\$ 1 milhão em recursos do PAA e a execução ficará a cargo da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Cerca de 1,5 tonelada de milho agroecológico e de sementes agroecológicas de hortaliças serão adquiridas da Conaterra e doadas às duas entidades paranaenses: Associação de Trabalhadores na Educação em Agroecologia Milton Santos (Etemis), localizada em Paiçandu, e Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (Acap), em Curitiba. O principal objetivo dessa doação é fomentar a

agroecologia, uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável.

A doação beneficiará cerca de 3 mil famílias agricultoras, que produzem em áreas de assentamentos em processo de transição para o sistema de produção agroecológico. Também serão atendidas cerca de 3,4 mil famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, indígenas e quilombolas, localizados no Território Caminhos do Tibagi (PR), que já comercializam para o PAA e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Este sistema possibilita aos alunos da rede pública consumirem alimentos saudáveis, produzidos sem uso de agrotóxicos.

Para o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, o PAA, que neste ano completa 10 anos, tem se consolidado como um dos principais programas de compra governamental, não só pelo volume de recursos e de produtos que opera, mas por proporcionar o incentivo à produção saudável e sustentável. “O PAA é, sem dúvida, um programa de promoção da segurança alimentar e nutricional”, afirma o secretário. “Que outro programa propicia à agricultura familiar agroecológica, em uma mesma operação, a venda e a doação de sua produção entre os próprios agricultores familiares?”

Na avaliação do secretário, a ação vem reforçar, também, o esforço do governo federal de promover e fortalecer a produção agroecológica e orgânica, expresso pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançada no final de 2012. Ela tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações que estimulem a produção orgânica e de base agroecológica, a partir do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Este plano foi elaborado em conjunto com dez ministérios e prevê a execução de um conjunto de ações a serem realizadas até 2015. “Com o plano, não apenas a agricultura familiar, mas todo o país deverá sair ganhando”, avalia o secretário Arnaldo de Campos.

São Félix do Xingu enfrenta o passivo ambiental. Bettina Barros - Valor Econômico, Agronegócios. 14/08/2013

O município de São Félix do Xingu tem minérios, madeira e o maior rebanho bovino do Pará. Foi também o primeiro da lista de 2008 do governo federal de grandes desmatadores da Amazônia, o que significou a proibição de crédito público aos produtores do município. Agora, São Félix do Xingu tenta reordenar a economia predatória e extrativista para um modelo sustentável, em um esforço planejado por governo e sociedade civil.

Os resultados já começam a surgir, mas não o suficiente para que São Félix saia da lista de municípios desmatadores. "Conseguimos reduzir o desmatamento, que em 2000 era de 2,5 mil km² ao ano, para 162 km². Isso não devia ser levado em consideração?", questiona o secretário de Meio Ambiente, Bruno Kono. O limite estabelecido pelo

governo é de 40 km² ao ano. Um critério contestado pelo prefeito, João Cleber (PPS): "Somos muito grandes e chegar a esse limite vai ser mais difícil para nós".

Selo de qualidade premia empresas que produzem energia renovável. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 14/08/2013

Certificação surge como mecanismo de valorização de ações inovadoras realizadas em território nacional

Atestados de sustentabilidade comprovarão o papel internacional de destaque da matriz energética limpa brasileira. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, participou, nesta quarta-feira (14/08), em Brasília, do lançamento do Certificado e Selo de Energia Renovável das fontes eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. Cinco empreendimentos desenvolvidos no país foram os primeiros a receber o título.

O selo surge como mecanismo de valorização de ações inovadoras realizadas pelas empresas em território nacional. A ministra destacou a liderança brasileira no assunto. Segundo os idealizadores da certificação, cerca de 90% da energia consumida no país são produzidos a partir de fontes limpas. “O Brasil tem de continuar a investir na matriz energética renovável”, enfatizou.

INTERLOCUÇÃO

Para fomentar fontes limpas como a eólica e a solar, Izabella Teixeira ressaltou a importância de ação conjunta do governo com os demais envolvidos no processo. “É necessária uma interlocução efetiva entre o setor privado e produtivo e os próprios investidores”, explicou. “Temos de dar celeridade às iniciativas e inovar nas questões ligadas ao licenciamento”.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, reiterou a necessidade de um esforço integrado. “É preciso unir forças para dar continuidade ao desenvolvimento do Brasil que queremos”, afirmou. Entre os diversos segmentos, Lobão destacou a geração de energia por meio dos ventos. “O Brasil é o que mais cresce no avanço e no que diz respeito à instalação de energia eólica”, explicou.

REQUISITOS

Desenvolvido ao longo de mais de dois anos, o Certificado e Selo de Energia Renovável é uma iniciativa da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e da Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel), com gestão do Instituto Totum. O certificado será conferido a empreendimentos de geração de energia renovável que cumprirem requisitos ambientais e socioeconômicos. O selo será conferido aos consumidores que usarem a energia certificada.

Para solicitar o certificado ou o selo, os interessados devem completar um formulário preliminar disponível no site . Em seguida, é necessário enviar o questionário para o

Instituto Totum pelo e-mail: certificadoenergiarenovavel@institutototum.com.br.
Confira os cinco primeiros empreendimentos que receberam o certificado:

- Pequena central hidrelétrica - Ninho da Águia (CPFL Renováveis)
 - Pequena central hidrelétrica - Pinhal (CPFL Renováveis)
 - Complexo Eólico - Bons Ventos (CPFL Renováveis)
 - Pequena central hidrelétrica - Porto das Pedras (Atiaia Energia)
 - Eólico - Honda Energy do Brasil Ltda (Honda Energy)
-

“Tudo que consegui com agrotóxicos foi me intoxicar e fazer dívida em banco” – Site do MST. 14/08/2013

Por José Coutinho Júnior

Da Página do MST

“Os agricultores da minha geração nasceram praticamente dentro de uma lata de veneno. Eles não conheceram agricultura antes do agrotóxico”. Aos 50 anos e após sofrer duas intoxicações por agrotóxicos que quase tiraram sua vida, o agricultor e amigo do MST Luiz Bueno, natural da Lapa, no Paraná, acabou por descobrir a agroecologia e começou a plantar alimentos saudáveis.

Com sua vivência, garante: “o veneno não tem nada de bom para nos oferecer. Fui agricultor que usei veneno. Com o uso do veneno o que consegui foi me intoxicar e fazer dívida em banco”.

Luiz se define como “fruto do êxodo rural”. Seus pais eram agricultores, mas venderam suas terras e foram viver como operários na cidade na década de 1960, em busca de melhores condições de vida. Morou na cidade até seus vinte anos, quando adquiriu uma propriedade de 20 hectares e decidiu trabalhar como agricultor tradicional.

Sua produção inicial se baseava no cultivo de batata e feijão de maneira convencional, utilizando grandes quantidades de agrotóxicos e fertilizantes fornecidos pelo pacote tecnológico.

Ele sonhava em ficar rico por meio de seu trabalho. queria ganhar muito dinheiro e ter pelo menos dois carros zero quilômetro na garagem. Ao invés disso, o que ganhou com o uso intensivo de agrotóxicos foram duas intoxicações, que por pouco não acabaram com sua vida.

A segunda vez que se intoxicou, plantava feijão com o agrotóxico Furadan. O veneno é líquido, mas vira um pó depois que se mistura com a semente. Quando Luiz colocou

esse saco dentro da plantadeira do feijão, o pó levantou e ele respirou tudo. Os sintomas apareceram de imediato.

“Comecei a babar, ter ânsia de vômito e ansiedade. Veio uma chuva bem na hora da intoxicação, e fui obrigado a abrir os vidros do carro porque a ansiedade não me deixava ficar em ambiente fechado. É uma lembrança muito viva na minha memória, apesar de todos esses anos, e acredito que até hoje estou intoxicado com esses produtos. Se passar hoje numa lavoura com o princípio ativo do veneno, consigo perceber o cheiro dele e me sinto mal”.

A intoxicação não foi o único problema sofrido por Luiz em seus tempos de lidar com a agricultura convencional. Alguns acidentes no manejo do agrotóxico fizeram com que ele derrubasse baldes de veneno em um rio próximo à sua propriedade, e o endividamento que teve com o Banco do Brasil por conta do crédito foi muito grande.

“A minha dívida no banco quando trabalhava com batata dava para comprar três carros zero. Somando os sintomas do veneno com essa dívida, desenvolvi uma depressão e por muito pouco não cometi suicídio, revela”.

Produção agroecológica

Ao perceber que a agricultura acabaria com sua vida, Luiz decidiu abandonar o ofício e resolveu abrir uma loja que vendia insumos e ração. Algum tempo depois, foi convidado pelo Sindicato dos trabalhadores rurais da região, com quem tinha fortes ligações, a participar de um dos encontros de agricultores familiares na associação Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA).

Após este primeiro encontro, viajou para o Rio Grande do Sul onde participou do seu primeiro curso de agroecologia. Ao descobrir uma nova forma de produzir, as esperanças de Luiz na agricultura se reanimaram e, ao voltar para casa, resolveu aplicar o que tinha aprendido e banir os agrotóxicos de sua forma de produção.

Luiz realiza ao longo de mais de 20 anos a produção agroecológica em sua área. Além de não usar agrotóxicos, a diversidade de produtos na área agroecológica, de apenas 1,5 hectares, é muito grande. A propriedade tem cerca de 46 produtos diferentes, como acelga, alface, almeirão, repolho, rúcula, cheiro verde, couve, uma grande quantidade de hortaliças, pepino, abobrinha, batata doce, mandioca, milho, feijão e frutas como pêssego e maçã.

Por meio de uma agroindústria que abriu com alguns sócios, ele também produz vinho e vinagre de maçã orgânicos. Os produtos de Luiz são comercializados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de feiras agrárias na região.

Os outros hectares da propriedade são utilizados para a criação de animais, que geram o adubo para a horta, garantindo a alimentação do solo natural. “Você fecha um ciclo: o esterco vira alimento novamente. É uma forma de garantir nossa independência como

agricultor, pois não precisamos buscar adubo químico das multinacionais. Isso é importante principalmente para os movimentos sociais, que combatem tanto as práticas dessas empresas, pois ao usar adubo delas sustentamos nosso maior inimigo, que ganha em cima do nosso trabalho”, afirma.

Educação

Luiz só estudou até a sétima série, mas o seu interesse pela agroecologia foi tanto que realizou diversos cursos e especializações na área. A busca pelo conhecimento, aliada à vivência com a terra, mudou a sua visão de como entender e lidar com ela.

“A visão que tenho hoje é um amadurecimento de vida, durante esses 20 anos de trabalho com a agroecologia. Antes eu via a terra apenas como ferramenta para gerar dinheiro. Pensava só no lucro, achava que o solo era morto, e que servia só para eu pôr o adubo e tudo que vinha do pacote tecnológico, algo que nos foi imposto a partir da segunda guerra como a única forma de produção.”

Entretanto, atualmente o agricultor enxerga a terra de outra forma. “É preciso respeitar a terra, ou ela vai ser um recurso finito, e não vai ter mais solo para as gerações futuras produzirem. Se você tem dois hectares, tem a missão de cuidar dessa terra, e se cuidamos mal, contaminamos a terra e acabamos com a vida do planeta. Só meu lote não vai resolver os problemas do mundo, mas se todo mundo fizer sua parte a gente consegue realizar uma mudança concreta”.

Para Luiz, o agrotóxico é um dos principais causadores da degradação do solo, e não traz nenhum efeito positivo. “Falo com segurança, como agricultor, de que o veneno não tem nada de bom para nos oferecer. Com o uso dos agrotóxicos tudo que consegui foi me intoxicar e fazer dívida em banco”.

Critica ainda o fato de muitos agricultores familiares terem "um pensamento de fazendeiro", que tendo pouco hectares de terra já plantam soja e usam venenos. "Não herdamos a terra dos nossos pais, pegamos emprestada dos nossos filhos e netos. Se entregarmos essa terra pior do que pegamos, estaremos explorando as gerações futuras”, afirma.

Governo do RJ assina convênio de R\$ 200 milhões com Banco Mundial. Alessandra Saraiva – Valor Econômico, Agronegócios. 19/08/2013

RIO DE JANEIRO - O governo do Estado do Rio de Janeiro informou hoje a assinatura de convênio de R\$ 200 milhões com o Banco Mundial para financiar atividades agrícolas, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro, ou Programa Rio Rural. O projeto visa melhorar a qualidade de vida no campo, conciliando o aumento da renda do produtor rural com conservação dos recursos naturais.

Em comunicado, o governo fluminense informou que, do total do convênio, R\$ 140 milhões serão investidos em atividades produtivas com adequação ambiental, e o restante em melhorias na infraestrutura rural. Em torno de 78 mil famílias de 72 municípios serão beneficiadas, segundo cálculos do governo do Estado.

O contrato de financiamento foi assinado pelo governador Sérgio Cabral, pelo secretário de Estado de Agricultura, Christino Áureo, e pelo coordenador-geral de Operações do Banco Mundial no Brasil, Bóris Utria. De acordo com a Secretaria de Estado de Agricultura, cerca de 60% dos recursos irão para as regiões Noroeste e Serrana Fluminense, onde está a maior concentração de agricultores familiares em áreas vulneráveis a desastres naturais. Outros 20% irão para a região Norte e os 20% restantes distribuídos nas demais partes do Estado.

Amazônia teve 2007 km² desmatados entre agosto de 2012 e julho passado. Cleide Carvalho – O Globo, País. 19/08/2013

Imazon alerta para expansão do Arco do Desmatamento

Área desmatada cresceu 92% em relação ao período anterior

SÃO PAULO - O chamado "Arco do Desmatamento", região da Amazônia Legal que mais sofre com a perda da floresta, avançou no último ano, alcançando o Sul do Amazonas e o Noroeste do Pará. Segundo o Instituto Imazon, o desmatamento aumentou 92% e atingiu 2.007 quilômetros quadrados entre agosto de 2012 e julho deste ano. É a primeira vez desde 2004 que o instituto fecha o ano do calendário oficial com aumento do corte raso, aquele que elimina a mata, geralmente com o uso de correntões - corrente de navio presa entre dois tratores que arrancam a árvore pela raiz. No ano anterior, de agosto de 2011 a julho de 2012, o desmatamento havia alcançado 1.047 quilômetros quadrados.

No acumulado do último ano, o Pará liderou o ranking do desmatamento, com 810 km², o equivalente a 40% do total, seguido pelo Mato Grosso, com 621 km² (31%), Amazonas (14%) e Rondônia (13%). A principal surpresa é a velocidade com que o desmatamento ocorre no Amazonas, estado que estava fora do Arco. O desflorestamento no estado cresceu 223% em relação ao período anterior, atingindo 273 km². No Mato Grosso, a área desmatada dobrou (102%) e, no Pará, chegou perto disso (91%). Apenas dois estados apresentaram redução: Acre (-32%) e Roraima (-18%).

Festa da Colheita e Troca de Sementes fortalece a agroecologia em Sergipe – Site do MST. 19/08/2013

No sábado (17), diversos camponeses e agricultores rurais participaram da Festa da Colheita e Troca de Sementes no município de Arauá, na região sul do estado de Sergipe.

Um grande almoço coletivo utilizando-se dos alimentos produzidos pelas próprias famílias deu início à festa, celebrando a vida e a produção livre de agrotóxicos. A mística de abertura trouxe a importância da cultura e da valorização dos saberes do povo camponês, reafirmando a luta contra o agronegócio e seu modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro.

À tarde, mais de 12 comunidades camponesas participaram da experiência de troca das suas colheitas: frutas, raízes, hortaliças, doces, sementes e mudas. Os participantes ressaltaram a necessidade de construir mais redes de intercâmbios entre a região sul do estado, proporcionando maior autonomia aos camponeses e soberania alimentar.

A atividade encerrou-se à noite com muita animação e alegria, com o típico Forró Nordestino, manifestação artística e cultural simbolizando a valorização do povo camponês.

A atividade foi fruto de uma parceria entre o MST, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Universidade Federal de Sergipe (UFS), e tinha como objetivo divulgar as experiências desenvolvidas nas áreas de Reforma Agrária e extrativistas participando do projeto Camponês a Camponês.

O projeto Camponês a Camponês – Construção do conhecimento agroecológico em territórios de identidade rural por meio de intercâmbios em redes sociais - tem como proposta resgatar os saberes agroecológicos das famílias por meio da construção de intercâmbios.

A socialização e difusão dos conhecimentos são centrais na consolidação das redes de intercâmbios, que agrupem comunidades camponesas em processo de transição agroecológica.

Acesso à fauna e à flora deve acontecer com responsabilidade. Lucas Tolentino – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 20/08/2013

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético realiza reunião ordinária em Brasília

O secretário de Biodiversidade e Florestal do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Roberto Cavalcanti, destacou a importância do acesso responsável às propriedades da fauna e da flora brasileiras. O posicionamento foi defendido, na manhã desta terça-feira (20/08), na abertura da 105ª Reunião Ordinária do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). O encontro ocorre, em Brasília, até quarta-feira.

O Brasil, segundo Cavalcanti, figura como o país mais biodiverso do mundo, ao lado da Indonésia. Para ele, a riqueza deve ser estudada e usada, desde que siga normas de controle e preservação. “É preciso estimular o acesso e definir regras de distribuição”, afirmou. “O uso da biodiversidade é um elemento chave nos processos industriais.”

A experiência das comunidades locais também deve ser discutida e passar por regulamentação. “Na Amazônia, há um conhecimento tradicional imenso decorrente das populações e das espécies que vivem na região”, explicou. “O papel do CGEN é associar a conservação da biodiversidade ao acesso e ao uso. O conselho está no centro do estímulo ao desenvolvimento das sociedades humanas.””

SFB lança edital para manejo de 300mil hectares de floresta no PA – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 22/08/2013

Área está situada na Floresta Nacional do Amana e o preço mínimo do metro cúbico da madeira será de R\$ 23,89.

DA REDAÇÃO (*)

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), entidade vinculada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), publicou nesta quinta-feira (22/08), edital para concessões na Floresta Nacional (Flona) do Amana, no Pará, que permitirá a produção sustentável de madeira e de produtos não madeireiros em mais de 300 mil hectares de floresta, durante 40 anos. A iniciativa tem o objetivo de fortalecer a presença de madeira legal no mercado, estimular a economia florestal de base sustentável na Amazônia e gerar benefícios para o Oeste do Pará, com a geração de empregos formais e aumento da arrecadação.

A partir deste edital, o SFB prossegue na estratégia de fomentar a atividade florestal sustentável na região de influência da BR-163 (rodovia Cuiabá-Santarém), área sensível ao desmatamento, como um dos instrumentos do governo para combater tal prática. No conjunto, o SFB disponibilizará, até o final deste mês, 1,1 milhão de hectares de florestas públicas federais para o manejo sustentável por meio dos editais para as flonas do Amana, do Crepori (já abertos) e de Altarmira (com edital previsto para a próxima semana).

TRÊS UNIDADES

O lote de mais de 300 mil hectares está dividido em três unidades, de 29,8 mil, 133 mil e 140 mil hectares, visando permitir que empreendedores de diferentes portes participem do processo de concessão. As áreas são suficientes para que empresas de pequeno a grande porte instalem plantas de produção e tenham suprimento contínuo de matéria-prima - um dos principais desafios, hoje, para o setor em virtude da questão fundiária na Amazônia, fixando-se na região e gerando benefícios no curto, médio e longo prazo. As propostas podem ser apresentadas até 19 de fevereiro de 2014.

A estimativa é de que, quando em plena atividade, a concessão produza 150 mil metros cúbicos de madeira ao ano. Para quem deseja tornar-se concessionário, o grau de processamento local da madeira, a implantação de sistema de gestão e desempenho de

qualidade das operações florestais e a adoção de inovações técnicas associadas ao manejo serão avaliados na concorrência pública.

PROPOSTAS

Esses critérios fazem parte da proposta técnica a ser apresentada e que inclui, ainda, o item investimentos em infraestrutura e serviços para a comunidade. No conjunto, a proposta técnica vale 50% dos pontos que podem ser obtidos. A outra metade da pontuação vem da proposta do preço a ser pago pelo metro cúbico de madeira extraída, cujo mínimo é de R\$ 23,89/m³. O cálculo levou em conta o custo da logística para implantar a concessão e operá-la em parâmetros competitivos no mercado de madeira tropical.

O edital estimula, ainda, a adoção das melhores práticas de manejo ao conceder descontos (bonificação) às empresas que, ao longo do contrato, capacitarem seus funcionários, gerarem mais empregos e aproveitarem resíduos florestais, por exemplo. Os detalhes do edital e seus anexos estão disponíveis no site do SFB. Confira no link www.florestal.gov.br/editais-abertos/.

Gado orgânico produz carne, bolsas e sapatos sem destruir a Amazônia – Folha de São Paulo, Comida. 22/08/2013

Lacir Soares está transformando sua fazenda em um modelo de produção de carne na Amazônia, sem desmatar e em dia com as exigências ambientais do recém-aprovado Código Florestal brasileiro.

É um exemplo de que as coisas estão mudando na floresta amazônica com o apoio da indústria pecuarista e de ambientalistas, depois de uma década em que o gado foi o principal vetor do desmatamento e quando muitos consumidores se inquietavam diante da possibilidade de estar comprando um produto que devastava a maior floresta tropical do planeta.

Rotação de pasto e melhorias na qualidade genética do gado e das pastagens ajudam Lacir a aumentar a produtividade em sua fazenda Boqueirão, no município amazônico de São Félix do Xingu (PA), sem destruir mais a floresta.

Com um rebanho de 200 milhões de cabeças de gado, o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina, sendo que 20% do total é procedente da região amazônica. Mas a região também é líder em baixa produtividade, com uma cabeça por hectare.

Soares conseguiu atingir uma taxa de produtividade de duas a três cabeças por hectare.

"O equilíbrio entre a pecuária e a floresta não é só uma obrigação legal, também garante um aumento da produtividade", explicou este pecuarista e advogado, em boa forma aos 69 anos, dedicado à sua fazenda, cujo entorno ainda exhibe as cicatrizes de décadas de destruição.

Soares sabe que sem garantias ambientais, a indústria não vai comprar sua carne.

CONTRA O DESMATAMENTO

A luta contra a criação de gado que aumenta o desmatamento ilegal da Amazônia se aprofundou há quatro anos, quando o Ministério Público Federal do Pará denunciou 13 grandes indústrias de carne e advertiu 72 supermercados e fábricas de cosméticos e sapatos --em parte multinacionais-- de que enfrentariam a Justiça se comprassem produtos de áreas desmatadas.

A ONG Greenpeace divulgou na época um relatório explosivo assegurando que carne e couro de áreas desmatadas conseguiam penetrar na indústria que abastece gigantes do calçado e da moda, supermercados e até a indústria automobilística, na produção de assentos de couro.

As denúncias foram o "pontapé inicial" e a indústria teve que criar programas mais eficazes para garantir que compravam carne sem uma mancha ambiental, explicou à AFP o diretor-executivo da Associação Brasileira de Exportadores de Carne, Fernando Sampaio.

A solução, em parte, veio da tecnologia: em uma área gigantesca e de difícil acesso, mapas via satélite atualizados quase em tempo real permitem observar onde a floresta está recuando. Com a reforma do Código Florestal, o governo brasileiro está estendendo a todos os produtores um censo que determina as áreas de floresta que devem respeitar.

SUSTENTABILIDADE

A Marfrig, segunda maior empresa processadora de carne bovina do Brasil, e a gigante transnacional do varejo Walmart, juntamente com a ONG americana The Nature Conservancy, tentam ir além com um programa destinado a transformar algumas fazendas de São Félix do Xingu --que tem o maior rebanho bovino do país-- em modelos ambientais e econômicos de produção de gado que possam ser replicados no resto da Amazônia.

Um desses exemplos é a fazenda de Lacir Soares, um indício de que a sustentabilidade pode virar um negócio.

"Se não tivéssemos esta atitude, talvez não poderíamos estar vendendo a mercados como o europeu", onde o consumidor se preocupa com a sustentabilidade, afirmou à AFP o gerente de sustentabilidade da Marfrig, Mathias Almeida.

Um exemplo: a sofisticada marca Gucci lançou este ano, em Paris, uma bolsa de couro da Amazônia com certificado de sustentabilidade ambiental.

"O cerco à pecuária desmatadora se traduziu em uma redução drástica do desmatamento", em mais de 80% nos últimos oito anos no país e no estado do Pará, destacou o promotor Daniel Azeredo Avelino.

Os grandes frigoríficos aderiram ao compromisso da "carne legal" e embora persista "uma parcela de pequenos" que eludem a norma, "a maioria dos produtores incorporou a ideia de que se continuam desmatando, não terão acesso ao mercado", disse o promotor à AFP.

Anos atrás, um acordo com a indústria da soja --um setor muito mais concentrado e fácil de controlar do que o da carne-- permitiu deter a devastação da floresta, impulsionada por esta produção.

Servidores do Incra no Maranhão participam de curso sobre Sistemas Agroflorestais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 23/08/2013

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Cocais) disponibilizou quatro vagas para a Superintendência Regional do Incra no Maranhão vagas para participação no Curso de Capacitação em Sistemas de Tecnologias Agroflorestais, que será realizado de 25 de agosto a 03 de setembro, no município de Morros. O Curso irá capacitar 20 técnicos de todo o estado que atuam como extensionistas ou que trabalham em instituições ligadas ao meio rural.

O objetivo do curso é contribuir para o fortalecimento e crescimento dos níveis de adoção das tecnologias agroflorestais entre os produtores amazônicos. Esta ação da Embrapa visa capacitar técnicos em todos os estados da Amazônia Legal. Além da Superintendência Regional do Incra no Maranhão, o evento conta com a parceira da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

A Superintendência Regional do Incra no Maranhão está apoiando financeiramente a realização do curso, por meio do custeio das diárias e passagens aéreas para os instrutores de vários Estados que irão ministrar a capacitação.

De acordo com a chefe do Serviço de Meio Ambiental e Recursos Naturais do Incra-MA, Anida Dominici, mesmo com alguns problemas ambientais que afetam os assentamentos no Maranhão, o Incra tem buscado desenvolver práticas que alie as alternativas produtivas dos agricultores assentados àquelas que recuperem ou mantenham as áreas de floresta.

O superintendente regional do Incra no Maranhão, José Inácio Rodrigues, destacou que a capacitação desses técnicos vai estimular nos assentamentos mudanças dos processos produtivos dos agricultores. “Mesmo que os agricultores não estejam participando diretamente do curso, eles serão beneficiados com o repasse das informações por parte dos técnicos do Serviço de Meio Ambiente que estão participando da capacitação”, explicou.

Conteúdo programático

Serão abordados durante o curso os seguintes assuntos: sistemas agroflorestais e legislação ambiental; levantamento preliminar de implantação de sistemas agroflorestais no Maranhão; conceitos básicos, classificação, avaliação e análise financeira de sistemas agroflorestais; manejo de pastagens ecológicas; agrofloresta sucessional, entre outros.

Ações do Brasil Sem Miséria são exemplo na busca do desenvolvimento sustentável – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 23/08/2013

Durante seminário em São Paulo, a ministra Tereza Campello falou das ações para superação da extrema pobreza no país e defendeu o projeto nacional de crescimento econômico com inclusão social como caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável

São Paulo, 23 – As ações de superação da pobreza, com políticas públicas para quebrar o ciclo de exclusão social, são o exemplo que o Brasil oferece ao mundo para reduzir as desigualdades sociais e promover o bem-estar das populações. A tese foi defendida nesta sexta-feira (23), em São Paulo, pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Tereza Campello, durante o seminário O Brasil e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, promovido pela revista Carta Capital em parceria com a revista digital Envolverde.

“O projeto nacional do nosso país é de desenvolvimento com inclusão social e não dá mais para pensar em crescimento deixando de fora uma grande parcela da população que mais precisa dos serviços públicos”, afirmou Tereza Campello. A ministra foi palestrante do tema Tecnologia Social: Modelo para o Desenvolvimento Inclusivo. O seminário discutiu a contribuição do Brasil na elaboração das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são complementares aos Objetivos do Milênio da Organização das Nações Unidas.

Tereza Campello falou sobre as soluções inovadoras que o Brasil vem adotando para aliar desenvolvimento e sustentabilidade à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Exemplos como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o Programa Água para Todos foram citados pela ministra como alternativas eficazes, que furam o bloqueio histórico de exclusão social que sempre marcou o país.

“Conseguimos inovar muito e exportamos tecnologias sociais para outros países”, ressaltou a ministra. Ela lembrou que um em cada quatro brasileiros recebe o Bolsa Família, e que o programa de transferência de renda mudou a realidade do Brasil.

Durante o seminário, Tereza Campello destacou ainda o Programa Cisternas do governo federal, como exemplo de tecnologia social simples que se mostra efetiva por aproveitar

o saber fazer da população. “Nossa meta é universalizar o acesso à água pelo uso de cisternas até o fim do mandato da presidenta Dilma”, afirmou a ministra. Segundo ela, a tecnologia das cisternas, além de barata e eficiente, traz vantagens ambientais, sociais e econômicas. Desde o governo Lula, já foram entregues mais de 600 mil cisternas de placas à população e, no governo da presidenta Dilma, pontuou a ministra, foram entregues 278 mil cisternas. “Pretendemos entregar mais 56 mil à população até o final de 2014.”

Além da água, disse a ministra, o governo federal também está levando energia para comunidades rurais que viviam em condições precárias. Ela pontuou outras iniciativas do governo que estão fazendo a diferença no Brasil, como os programas de microcrédito, o fortalecimento da agricultura familiar e a qualificação profissional, por meio do Pronatec. “O fim da miséria é só o começo”, afirmou a ministra. “Temos muito ainda para fazer.”

O evento – que integra a série Diálogos Capitais, da revista Carta Capital – também teve a participação do ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, além de especialistas e executivos de companhias nacionais e multinacionais.

Novas metas - O seminário buscou aprofundar as discussões iniciadas durante a Conferência Rio+20, em 2012, no Rio de Janeiro. Os ODS deverão orientar os países na obtenção de resultados específicos, estabelecendo novas metas como, por exemplo, acesso universal à energia sustentável e água limpa para todos. O documento final da Conferência, intitulado O Futuro que Queremos, também estabelece que os ODS sejam integrados à agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015.

Fogo consome quase 20% de terra indígena; suspeita é de ação de posseiros – Folha de São Paulo, Poder. 23/08/2013

Cerca de 20% dos 165 mil hectares da terra indígena xavante Marãiwatsédé, no Mato Grosso, foram consumidos ao longo do último mês por focos de incêndios que, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), têm origem criminosa. Um hectare corresponde a 10 mil metros quadrados, o equivalente a um campo de futebol oficial.

De acordo com o Ibama, a estimativa é que ao menos 31 mil hectares haviam sido queimados até a última sexta-feira (16), o que representa 18% da área. Brigadistas do Centro Especializado de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais (Prevfogo), do instituto, foram enviados ao local para tentar controlar os focos de incêndio, mas enfrentam dificuldades para trabalhar em função da "ação criminosa de vândalos, que estão ateando fogo em várias partes da terra indígena", conforme informou o Ibama. A presença policial foi requisitada.

Com base em dados de satélites usados para monitorar os focos de calor na região, os técnicos do Prevfogo identificaram, nos últimos 30 dias, 120 focos de incêndio no interior da área indígena. A maioria próximo às rodovias que cortam ou circundam a área indígena. Além dos danos ao meio ambiente, o Ibama alerta para os riscos que as queimadas oferecem para a comunidade indígena e para as propriedades existentes fora dos limites de Marãiwatsédé.

O cacique Damião disse que a suspeita recai sobre antigos posseiros da área, pessoas que, tempos depois de serem retiradas do local, voltaram a se instalar no interior da terra indígena com o pretexto de reivindicar serem alojadas em um local adequado.

"É fogo criminoso. Não temos dúvida nenhuma de que são as pessoas retiradas da área que agora estão dando problemas. Está queimando tudo. Duas pontes foram queimadas", disse Damião, comentando que embora os próprios índios tenham organizado patrulhas para ajudar a impedir o ingresso de não índios, não conseguem deter os criminosos. "A área é grande e eles sabem quando não têm nenhum de nós por perto".

Segundo o secretário nacional de Articulação Social, da Presidência da República, Paulo Maldos, o governo federal não vai permitir que os antigos posseiros retornem ao local. "Aquele é uma área indígena consolidada. O Incra ofereceu aos antigos posseiros [que se encaixam no perfil de beneficiários de programas de reforma agrária], mas muitos nem chegaram a visitar o local e recusaram".

A reserva fica na região norte de Mato Grosso, a cerca de mil quilômetros de Cuiabá (MT). Antes, era conhecida como Gleba Suiá Missú, alusão a antiga fazenda de mesmo nome, criada com a ajuda dos índios que, até então, viviam na região. Embora o Estado brasileiro tenha reconhecido e homologado a área como território tradicional indígena em 1998, só em janeiro deste ano o governo conseguiu concluir a retirada dos não índios do local. Ação que, nesta quinta (22), os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da Secretaria-Geral da República, Gilberto Carvalho, classificaram como uma "verdadeira operação de guerra".

Agroecologia terá plano nacional e cria um novo marco para o país – Site do MST. 27/08/2013

Por Najjar Tubino

Da Carta Maior

O governo federal lançará em breve o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), depois de mais de um ano de discussão com dezenas de entidades da sociedade civil e representantes de 10 ministérios. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas disse que o plano será importante não só para a agricultura familiar, mas para todo o país.

Os investimentos em 134 iniciativas envolvendo 14 metas dentro de quatro eixos principais – produção, uso e conservação de recursos naturais, conhecimento, comercialização e consumo. O secretário Valter Bianchini, da Agricultura Familiar do MDA disse em Botucatu recentemente que o PLANAPO contará com um volume importante de recursos, na ordem de R\$7 bilhões, e contará com diretrizes definidas até 2015. A Política Nacional de Agroecologia foi definida pelo decreto 7.794 no ano passado.

É um marco fundamental para o país, onde o agronegócio, por sua importância econômica, dita regras e condicionantes por todo lado. Recentemente um grupo de pesquisadores, dois deles ligados à Embrapa e um à UNICAMP, lançaram as “Sete Teses do Mundo Rural”, uma cantilena que mais parece um panfleto da TFP – Tradição, Família e Propriedade –, de tão rançoso.

Além do tradicional deslumbre da modernização da agricultura, que vive novos tempos, de inovação tecnológica acima de tudo, e consequente mudanças sociais, ditadas pela monetarização, o arrazoado decreta a falência das propriedades familiares, o fim da reforma agrária e define como quimérica e absurda a proposta de difundir as tecnologias chamadas alternativas.

Reforma agrária

“Em nenhum momento da história agrária os estabelecimentos rurais de menor porte econômico estiveram tão próximos da fronteira da marginalização... 2/3 dos estabelecimentos, quase três milhões de unidades, se apropriam de magros 3,3% da renda bruta do setor.” Esse é um dos trechos mais brilhantes das teses. Mas tem outro ainda mais revelador: “a história não terminou, mas o passado vai se apagando, desaparecem as teses sobre o campesinato, desaparecem alguns termos do passado, entre os quais a reforma agrária. O tema da reforma agrária perdeu sua relevância e a insistência, e correspondente alocação de recursos, em ações estatais nesse campo não encontra nenhuma justificativa razoável”.

É uma beleza. O Censo do IBGE, de 2006, o primeiro que coletou dados sobre a agricultura familiar no Brasil, aponta um número superior a 12 milhões de pessoas vivendo em mais de quatro milhões de estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 80 milhões de hectares. Certamente estão todos condenados, na visão desses pesquisadores, especializados no “mundo rural”. Que na verdade é um mundinho de uma elite no país, muito poderosa, que movimenta bilhões de reais por ano – somente na exportação de carne foram quase seis bilhões de dólares em 2012. A soja envolve mais de 30 bilhões de dólares. É um mundo financiado por tradings internacionais, conhecidas pelas letras ABCD – de ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus.

Falência de milhões

Vamos dizer que esse é o capitalismo na versão rural. Mas daí a decretar a liquidação da agricultura familiar que abastece o mercado interno e envolve milhões de pessoas já é um pouco acima da cota do razoável. Porém, é sintomático. Porque as Sete Teses foram lançadas justamente na hora que o governo federal lançará o PLANAPO. No momento em que os sojicultores comemoram 10 anos de implantação da inovação da Monsanto no mundo, e que depois de vencida a validade da patente, lança a segunda semente.

Inclusive o próprio ministro da Agricultura brasileiro foi à China numa comitiva do agronegócio argumentar a favor da tecnologia da múlti. E ao mesmo tempo, a mesma Monsanto desistiu de produzir semente transgênica na União Europeia, seguindo a BASF, que já havia transferido seu centro de pesquisa da Alemanha para os Estados Unidos, concentrando seus negócios nas duas Américas.

Uma faceta do agronegócio todo mundo conhece – a produção intensiva – só é viável pela aplicação de fertilizantes químicos e de agrotóxicos. O que a Monsanto, Basf e Syngenta produziram nos últimos tempos foi uma semente frankenstein, onde o próprio veneno faz parte da planta. Porque as corporações vendem o veneno também. Por outro lado, se os resíduos de agrotóxicos causam doenças, principalmente vários tipos de câncer, as mesmas empresas produzem remédios para tratar as doenças. É um ciclo virtuoso. E nada se descobre sobre a influência dos transgênicos na saúde humana porque ninguém pesquisa, muito pelo contrário, as corporações boicotam qualquer iniciativa nesse sentido.

Princípio e não receita

Por isso, elas temem tanto a agroecologia, que muito mais do que uma técnica de plantio saudável, envolve princípios éticos, que valorizam a vida em primeiro lugar, tanto nossa, como das outras espécies, integradas ao ambiente natural. Por isso, os pesquisadores ligados ao agronegócio, e eles são maioria, tentam sempre desmerecer ou desmoralizar os princípios ecológicos. Não são produtivos, não são eficientes, não rendem economicamente. O que já virou uma falácia, quando se sabe que os negócios orgânicos no mundo giram em mais de US\$50 bilhões, sendo que os principais consumidores são americanos e europeus. E o orgânico, nesse caso, é o certificado, com selo, exige auditorias, custos extras e um mercado elitizado e de exportação.

No Brasil, onde se estima que 100 mil propriedades usem práticas ecológicas e de agricultura orgânica, existe o conceito de produto ecológico. Ele é produzido por um grupo de agricultores identificados, com técnicas conhecidas e discutidas com consumidores e entidades representativas da sociedade civil. A Rede Ecovida, no sul do país, é um exemplo. Tem mais de 300 organizações de agricultores familiares e de consumidores reunidas em 26 núcleos, envolvendo os três estados do Sul, e funciona desde 1998. A comercialização ocorre em feiras ecológicas. Que, hoje em dia, se disseminaram pelo Brasil. Em Pernambuco, por exemplo, são 52, 14 somente em Recife e região metropolitana. A maioria dos agricultores familiares é da Zona da Mata, mas as feiras estão presentes no sertão, no agreste e no São Francisco.

Venda direta e mais barato

A feira, do latim feria, dia de festa, é um evento que acompanha a humanidade desde os primórdios. No Brasil, o primeiro registro em São Paulo é de 1914. Na década passada eram 867 na capital paulista atendendo 900 mil pessoas. Não são todas ecológicas, mas muitos produtores vendem suas mercadorias diretamente aos consumidores, fugindo do esquema das redes de supermercados – as três maiores Walmart, Carrefour e agora Casino, ex-Pão de Açúcar.

A feira tem preço melhor, produto melhor, é um espaço de convivência e de troca de experiências. Não está na estatística. Nem no controle das corporações. Muito da

produção vendida nas feiras vem das centrais de abastecimento, as Ceasas, um sistema criado na época dos militares, e que na década de 1980 foi transferido aos estados e municípios. Um trabalho da CONAB sobre o volume de mercadoria que passa pelos 72 entrepostos do atacado no Brasil dá uma ideia do mercado interno – são 18 milhões de toneladas de frutas, verduras e legumes. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial, embora perca 30% do campo até a mesa do consumidor.

A Associação das Centrais de Abastecimento encaminharam o Plano Nacional ao governo federal, com objetivo de melhorar a infraestrutura, fiscalizar os produtos, cuidar de embalagens, melhorar a sanidade, informar os produtores – são 22 mil cadastrados e 200 mil funcionários nos 72 entrepostos-, entre muitas outras coisas. Inclusive a criação de um índice geral de preços.

“-Nenhum dos institutos de pesquisa reflete diretamente as oscilações nas centrais de abastecimento... esta carência de informação e acompanhamento faz com que a natural sazonalidade na comercialização deste tipo de produto adquira proporções grandiosas gerando assim grande desconforto e desinformação a toda a população”. Diz o documento do Plano Nacional de Abastecimento. O tomate está aí para não deixar dúvidas.

Quanto vale o mercado interno de frutas, verduras e legumes, sem contar a produção vendida diretamente aos consumidores, e que não passa por centrais: R\$21 bilhões, em 2011. Imagina se o Brasil fosse importar isso, ou seja, a balança agrícola é totalmente favorável, porque o mercado interno está abastecido. Com exceção do trigo – 50% importado – o resto é produção local. E, crescendo de 20 a 50% ao ano, a produção ecológica vai ganhando espaço. Um caminho traçado por centenas de organizações de agricultores e agricultoras familiares, por assentados e assentadas e por comunidades tradicionais quilombolas e indígenas. É o outro mundo rural, afinal, no campo não vivem apenas fazendeiros e sojicultores, muito pelo contrário, a maioria deles mora na cidade ou nas capitais do centro do país.

Enquanto os porta-vozes do agronegócio vão difundindo a ideologia retrógrada da “inovação tecnológica”, propriedade de uma única empresa, que tinha por meta transformar as sementes do mundo em vários tipos de frankenstein, o povo da agroecologia e dos assentados se organiza. No início do mês aconteceu o III Encontro Internacional de Agroecologia da América Latina em Botucatu (SP), com mais de dois mil participantes.

Na mesma época a 12ª Jornada de Agroecologia do MST ocorria em Maringá e Paçandu, no Paraná, com mais de três mil participantes. Em Luziânia, a partir do dia 15 de agosto, 800 delegados de 18 estados da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), se reuniram no III Congresso para discutir a diversidade da agricultura familiar, a organização produtiva, agroecologia, política para o semiárido e reforma agrária. No Brasil os assentamentos ocupam 43 milhões de hectares, a maior parte no norte e no nordeste.

Para não deixar de falar em inovação tecnológica a última na área da pecuária de corte: os confinadores, que engordam boi em 90 dias, vão usar anabolizante, ou como dizem os modernos – promotor de crescimento. Coisa que os americanos fazem há muito tempo. Justamente o diferencial do Brasil era a carne produzida com capim. Trocaram

por uma arroba a mais – de inchaço na verdade –, em troca poderão perder metade do mercado externo. Totalmente inovador.

Sergipe debate propostas estaduais para encontro nacional de desenvolvimento rural – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 29/08/2013

O estado de Sergipe inicia, nesta quinta-feira (29), a 2ª Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. O encontro, que ocorre até esta sexta-feira (30), discutirá cerca de 200 propostas que priorizam o desenvolvimento da agricultura familiar. Os temas serão debatidos entre representantes da sociedade civil e dos governos federal, estadual e municipal, a partir das 9h, em São Cristóvão, na Região Metropolitana de Aracaju.

Os itens aprovados pelo estado serão incluídos em um documento nacional, que será apreciado em outubro deste ano, durante a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, em Brasília (DF). O evento é promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf).

A expectativa do delegado federal do MDA em Sergipe, Adailton dos Santos, é de que os debates resultem em propostas ajudem a direcionar as políticas públicas para benefício direto dos agricultores familiares de Sergipe. “Com esta conferência, vamos ouvir da sociedade o que é que ela quer e discutir como direcionar melhor os recursos, melhorar essas ações e essas políticas públicas, e fazer com que cheguem, realmente, da forma e da quantidade que o agricultor precisa”, explica.

Propostas

Das 200 deliberações recebidas dos encontros territoriais de Sergipe, aproximadamente 40 serão encaminhadas para o debate nacional. Ao final da conferência nacional, as propostas aprovadas serão usadas para subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Somente em Sergipe, esse conjunto de ações deverá atender mais de 225 mil pessoas que vivem da agricultura familiar e movimentam uma produção de R\$ 723 milhões. As informações são do Censo Agropecuário mais recente.

Os encontros estaduais, e também o nacional, são estruturados por sete eixos distintos: o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar; a reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais; a abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida; a gestão e participação social; a autonomia das mulheres rurais; a autonomia e emancipação da juventude rural; e a promoção do etnodesenvolvimento.

Benefícios fortalecem organização da atividade extrativista – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 30/08/2013

Bolsa Família e Bolsa Verde dão estabilidade ao orçamento doméstico e contribuem para a emancipação feminina em Soure (PA)

Soure, 30 – A comunidade Céu fica a 18 quilômetros da cidade de Soure (PA), na área da Reserva Extrativista Marinha, onde vivem 46 famílias extrativistas. Na época de frutificação da andiroba e tucumã, as mulheres dos pescadores da vila costumam coletar as sementes para extrair os óleos naturais. A venda desse óleo, antes única fonte de renda das mulheres da comunidade, agora complementa o benefício pago pelos programas Bolsa Família e Bolsa Verde.

O Bolsa Família é pago preferencialmente às mulheres, como forma de aumentar seu poder dentro da estrutura familiar, já que, como titular do cartão, cabe a ela sacar o dinheiro e, de posse dele, decidir como será usado em benefício da família. Hoje, mais de 90% dos titulares do cartão Bolsa Família são mulheres. Na Comunidade Céu, o poder de escolher onde gastar o dinheiro deu mais autonomia às mulheres, que passaram a desenvolver outras atividades dentro e fora de suas comunidades, em busca de aumento na renda familiar e de autoestima.

No período da tarde, a beneficiária do Bolsa Família e do Bolsa Verde Rosa Helena da Conceição, 50 anos, e outras mulheres da comunidade saem para coletar os frutos dos quais vão extrair os óleos de forma artesanal. “O óleo de andiroba serve para fazer massagem quando se bate. O óleo do bicho (larva de tucumã) serve para muitas coisas, para nós mulheres, para a inflamação por dentro”, revela dona Rosa.

Curiosamente, o óleo mais valorizado é o da larva da castanha de tucumã, que chega a custar até R\$ 150 o litro e tem uso medicinal. Mas, para extrair um litro de óleo, é necessário coletar até 120 kg de sementes, normalmente a quantidade que cada mulher coleta em uma temporada inteira. “É um serviço das mulheres. Aprendemos com as nossas avós, com os antigos da nossa comunidade, vem de geração”, ensina a beneficiária Patrícia do Socorro Monteiro Lima, de 35 anos. Enquanto isso, do outro lado da Reserva Marinha, na comunidade Pesqueiro, as esposas dos pescadores já se organizaram e fundaram a Associação de Mulheres da Vila Pesqueiro (Asmupesq), com 60 mulheres associadas. Elas também produzem óleos medicinais, sabonetes, xaropes e garrafadas de andiroba, copaíba, larva do coco de tucumã, entre outros. Além disso, fazem artesanatos e cozinham pratos típicos para turistas no período de férias.

A associação tem sede própria para divulgar os trabalhos e serve de ponto de apoio para encomendas e reuniões. Com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), elas se capacitaram em gastronomia e turismo. E agora quatro delas estão sendo capacitadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) do Plano Brasil Sem Miséria. “Estamos fazendo o curso de Preparador de Pescado desde junho. Já aprendemos a fazer hambúrguer, coxinha e a filetar o peixe”, conta a presidente da Asmupesq, Maria Margarete Costa da Costa.

“A partir da associação, a gente passou a ter mais autoridade para fazer aquilo que a gente quer e saiu da cozinha. Eu fiquei 17 anos parada, não estudava porque tive meus filhos, depois de desse tempo todo voltei a estudar e terminei meu ensino médio no ano passado. Vou fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) neste ano e digo ao meu marido, que diz que eu não paro em casa, que eu quero um futuro para mim. Então, eu não paro mesmo. O Pronatec dá prioridade para quem é beneficiários do Bolsa Família, aí a gente tem que aproveitar”, afirma Maria Margarete.

Compras sustentáveis são prioridade nos cursos do MMA. Tinna Oliveira – Site do Ministério do Meio Ambiente (MMA). 30/08/2013

Mercado movimenta 20% do Produto Interno Bruto

O tema compras públicas sustentáveis é primordial para o Ministério do Meio Ambiente (MMA), já que os governos municipais, estaduais e federal movimentaram 20,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em aquisições durante o ano de 2011. É uma das áreas prioritárias do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS), cujo objetivo é fomentar políticas, programas e ações que promovam a produção e o consumo sustentáveis no país.

“Por isso é importante avançar na sensibilização dos gestores em torno da promoção das compras sustentáveis”, reforça o analista ambiental do MMA, Thiago Uehara. Neste sentido, o MMA promoveu o curso “Sustentabilidade nas Contratações Públicas”, em parceria com a Ordem dos Pregoeiros do Brasil Seccional Paraíba. Participaram 100 servidores que lidam com o tema diariamente em suas instituições.

Fernanda Capdeville, analista ambiental do MMA e também palestrante do curso, afirma que o evento representou uma oportunidade disseminar os conceitos de produção, consumo e compras sustentáveis no Nordeste, que é uma região que vem se desenvolvendo bastante, mas ainda carece de informações. “Esses conceitos foram debatidos na prática com gestores que executam as compras, mas que, no entanto, estão mais distantes dos cursos recorrentes em Brasília”, ressalta.

EXEMPLOS PRÁTICOS

Foram ministrados módulos teóricos sobre ciclo de vida dos produtos, consumo e produção sustentável, compras públicas sustentáveis, legislação aplicada, além de uma oficina prática em que os alunos trabalharam os atributos de sustentabilidade em editais de contratações de serviços de limpeza, de organização e realização de eventos.

“Entre os atributos destacados que devem ser observados pelos compradores estão os ambientais, direitos humanos, segurança, diversidade, compras de pequenas empresas locais e filantropia”, afirma Uehara, que também foi um dos palestrantes do curso.

Foram apresentadas experiências sobre coleta seletiva solidária da Universidade Federal de Campina Grande, Guia de Inclusão de Critérios de Sustentabilidade da Justiça do

Trabalho adotado como referência para contratações nos órgãos da Justiça do Trabalho de todo o Brasil e dois pregões realizados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, um para aquisição de pneus e outro para contratação de serviço de limpeza, ambos inserindo critérios de sustentabilidade.

DEBATE AMPLO

O Instituto Federal Catarinense também realizou o Fórum de Compras Públicas Sustentáveis, em São Francisco do Sul (SC), envolvendo 80 servidores que ocupam funções de diretores administrativos, auditores e coordenadores dos Núcleos de Gestão Ambiental e setores de compras das instituições. O Fórum contou com palestras da equipe do Departamento de Produção e Consumo Sustentável da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

O Plano de Gestão de Logística Sustentável, documento que traz ferramentas de planejamento para estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos nos órgãos públicos, foi tema da palestra do curso, além da oficina prática sobre aquisição de material de expediente. Segundo Uehara, ficou evidente em todas as conversas que o servidor público federal encontra amparo legal e da controladoria para fazer compras sustentáveis.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa